Ref.: Carta da Coalizão Florestas e Finanças para Instituições Financeiras Internacionais sobre o Risco de Retrocessos Legais na Proteção Ambiental no Brasil

19 de Agosto de 2021

Prezados senhores,

O Brasil está enfrentando ataques sem precedentes aos direitos dos povos indígenas e retrocessos nas proteções ambientais sob o governo de Jair Bolsonaro. Ao longo de seu mandato, testemunhamos um desmantelamento consistente da estrutura de governança ambiental e a intensificação de uma política anti-ambiental, com os cortes sistemáticos dos orçamentos das agências ambientais, o enfraquecimento de sua capacidade de fiscalização, a perseguição a seus funcionários públicos, a interrupção da cobrança de multas ambientais, entre outras medidas.

Isso resultou em taxas alarmantes de desmatamento, com números em 2020 os mais altos em 12 anos, e crescendo descontroladamente em 2021. Em junho deste ano, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registrou o maior número de incêndios na região amazônica e no Cerrado em 14 anos, levantando preocupações sobre o período de queimadas neste ano, em meio a uma seca intensa e a intensificação do desmatamento. Cientistas alertam que, devido ao desmatamento, a degradação e aos incêndios, a floresta amazônica está em um ponto de inflexão perigoso, uma vez que começou a emitir mais CO2 do que pode absorver pela primeira vez, o que invariavelmente deve acelerar as mudanças climáticas e levar a cada vez mais eventos climáticos extremos. O Pantanal, que em 2020 perdeu 26% do seu território, enfrenta uma estiagem ainda mais intensa neste ano. Isso se soma a uma escalada da violência contra comunidades indígenas que resistem às atividades de mineração e extrativismo em suas terras, e contra os defensores do meio ambiente, que inclusive já foram alvos de tentativas de intimidação do governo federal.

Como a sua instituição financeira é um grande investidor / financiador de empresas no Brasil, ele deve tomar medidas para garantir que não será cúmplice do desmatamento e da degradação dos ecossistema brasileiros - críticos para o sequestro global de carbono - e da violação dos direitos dos povos indígenas.

Nós, da coalizão Florestas e Finanças, juntamente com organizações aliadas, gostaríamos de chamar sua atenção especial para um conjunto de mudanças legislativas em curso no Congresso brasileiro, com apoio do governo de Bolsonaro e seus aliados, que terão consequências irreversíveis para a proteção do meio ambiente e dos direitos dos povos indígenas, e que representam graves riscos para as suas operações no Brasil. Essa agenda, flagrantemente inconstitucional, e levada adiante sem a devida consulta pública, é fortemente contestada pela sociedade civil brasileira e pelo movimento indígena nacional. Líderes indígenas protestando pacificamente contra essas propostas legislativas em Brasília, foram recebidos com gás lacrimogêneo e balas de borracha pelas forças policiais.

Entre os projetos de lei em discussão no Congresso Brasileiro que representam ameaças significativas às proteções socioambientais, destacamos:

- Projeto de Lei 490/2007, que reverteria as proteções constitucionais às Terras Indígenas. É considerada pela Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) uma "tentativa de genocídio";
- Projeto de Lei 191/2020, que visa permitir a mineração industrial e artesanal, a geração hidrelétrica, a exploração de petróleo e gás e a agricultura em larga escala nas Terras Indígenas, removendo o poder de veto dessas comunidades sobre as decisões que impactam suas terras;
- Projeto de lei 3729/2004 (agora no Senado como projeto de lei nº 2159/2021) que enfraquece os requisitos para o licenciamento ambiental, isenta 13 tipos de atividades impactantes do licenciamento e permite o "auto-licenciamento" para uma série de projetos;
- Decreto Legislativo 177/2021 que permitiria a retirada do Brasil da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (principal instrumento de direito internacional para a proteção dos direitos indígenas);
- Projetos de lei 2633/2020 e 510 que perdoam a ocupação de terras públicas no Brasil e levariam a uma grilagem massiva de terras públicas, colocando em risco cerca de 620 mil km2 de floresta que não tem proteção legal. Segundo estudos, o acaparamento de terras públicas no Brasil representa um terço de todo o desmatamento.

Para uma descrição detalhada e avaliação dessas ameaças legislativas, além de outros crimes perpetrados contra o meio ambiente e os povos indígenas pelo Estado Brasileiro ou por representantes de interesses privados, consulte o dossiê internacional de denúncias desenvolvido pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, lançado em 16 de agosto.

Além dos diversos e graves problemas contidos nestes projetos de lei, sua aprovação, ainda que analisada sob a ótica estrita dos interesses mais imediatos das instituições financeiras, deve ser vista pelo setor financeiro como uma ameaça, revertendo-se em um aumento dos riscos sociais, legais, ambientais e climáticos para as instituições do setor. Por exemplo, o projeto de lei nº 2159/2021, que fragiliza o licenciamento ambiental, estabelece que as instituições financeiras não têm função de fiscalização dos projetos que financiam, ao contrário de todas as discussões e diretrizes mais recentes sobre o assunto. Isso expandirá muito não apenas os fatores de risco sociais, ambientais e climáticos, mas deve impor às instituições financeiras uma tarefa mais árdua e custosa de monitorar e administrar as exposições a tais riscos.

O enfraquecimento das regras sociais e ambientais no Brasil também dificulta o cumprimento de requisitos legais existentes e em discussão relacionados à devida diligência em mercados de exportação como a UE e o Reino Unido, com impactos na capacidade do Brasil de exportar para a Europa produtos vinculados ao desmatamento. Também viola os termos do acordo comercial União Europeia-Mercosul, colocando em risco a sua negociação. Diante de tais riscos, em maio, um grupo de 40 empresas internacionais de produção e venda de alimentos e investimentos escreveu uma carta aberta ao Congresso Brasileiro com ameaças de boicotar todos os produtos agrícolas brasileiros se *"medidas que minem essas proteções existentes virem lei".*

Mas isso ainda não é suficiente para impedir tamanho retrocesso. Dada a escalada dessa crise, acreditamos que os bancos e investidores como a sua instituição têm a responsabilidade de usar sua posição e influência para tomar medidas concretas contra esses ataques aos direitos socioambientais no Brasil. Assim, recomendamos veementemente que a sua instituição financeira **assuma uma linha dura, em público e privado, contra essa agenda legislativa regressiva proposta pelo governo Bolsonaro e seus aliados no Congresso brasileiro.** Isso inclui **se posicionar publicamente contra todos os projetos de lei que enfraquecem as proteções às florestas e aos povos indígenas,** de forma a chamar atenção dos atores políticos e econômicos envolvidos, e fomentar seus pares e empresas que contam com seu financiamento a fazer o mesmo**.**

Esta chamada se soma a outras recomendações permanentes de nossa coalizão e seus aliados para que as instituições financeiras se afastem imediatamente de investimentos que ameaçam as florestas e os direitos dos povos indígenas, e não contribuam, assim, para o desmatamento e a violação dos direitos humanos no Brasil.

Aguardamos sua resposta sobre esses temas e ficamos à disposição para discutir em mais profundidade essas preocupações.

Atenciosamente,

Coalizão Florestas e Finanças
Rainforest Action Network, TuK Indonesia, Profundo, Amazon Watch, Repórter Brasil, BankTrack, Sahabat Alam Malaysia and Friends of the Earth US

Com o apoio de:

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB
Ambiente, Desarrollo y Capacitación - ADC
Amigos da Terra - Amazônia Brasileira
Associação Taoca (Switzerland)
Articulação das Pastorais da Ecologia Integral do Brasil
Arayara
Biodiversity Conservation Center, Russia
Biofuelwatch (UK)
Blue Dalian (China)
BVRio
Centro de Inteligência Urbana - CIUPOA
Comissão Pastoral da Terra - CPT
Centro de Trabalho Indigenista - CTI
Coletivo Por Um Brasil Democrático - Los Angeles (USA)
Comissão Pró Índio Acre - CPI Acre
Comitê Internacional pela Democracia no Brasil (Switzerland)
Comitê pelos Direitos Humanos na América Latina - CDHAL (Canada)

Conectas Direitos Humanos
Conselho Nacional das populações Extrativista - CNS
Ecological Center Front
FAOR - Fórum da Amazônia Oriental
Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN
Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável - FBDS
Green Longjiang (China)
Greenpeace Brasil
Grupo Ambientalista da Bahia - GAMBA
Instituto de Pesquisas e Formação Indígena - IEPÉ
Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN
Instituto Socioambiental
Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ
Kentucky Environmental Foundation
Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais
Movimento Marajó Vivo
Movimento Tapajós Vivo - MTV
Movimento Xingu Vivo para Sempre
Observatório do Clima
Operação Amazônia Nativa
Plataforma CIPÓ
Rede de Cooperação Amazônica - RCA
Scholar Tree Alliance (China)
Snow Alliance (China)
Socio-ecological Union International (Russia)
Sociedade de Pesquisa da Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS
SOS Mata Atlântica
Uma gota no oceano
Zero - Associação Sistema Terrestre Sustentável (Portugal)
350.Org

Coalizão Florestas e Finanças - A coalizão Florestas e Finanças é uma iniciativa de organizações de campanha e pesquisa, que inclui a Rainforest Action Network, TuK Indonésia, Profundo, Amazon Watch, Repórter Brasil, BankTrack, Sahabat Alam Malaysia e Friends of the Earth EUA. Desenvolvemos uma plataforma que fornece informações sobre os financiadores de mais de 300 empresas diretamente envolvidas nas cadeias de abastecimento de commodities de risco para o desmatamento. Nosso objetivo é impedir que as instituições financeiras apoiem abusos ambientais e sociais comumente relacionados a essas commodities.